



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ-
CAMPUS LARANJAL DO JARI
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MARIA FILOMENA SILVA HONORATO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO MARIA DE
NAZARÉ SOUZA MINEIRO, LARANJAL DO JARI/AP, FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL**

Laranjal do Jari/AP
2017

MARIA FILOMENA SILVA HONORATO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO MARIA DE
NAZARÉ SOUZA MINEIRO LARANJAL DO JARI/AP, FRENTE AO
DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof. Msc. (a) Larissa Duarte Araújo Pereira

Laranjal do Jari/AP
2017

H774p Honorato, Maria Filomena Silva.

Percepção ambiental dos moradores do assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro, Laranjal do Jari-AP, frente ao desenvolvimento urbano local / Maria Filomena Silva Honorato. – Laranjal do Jari, 2017.

65 f. : il. color. enc.

Monografia (Graduação)–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, 2017.

Orientadora: Larissa Duarte Araújo Pereira.

1. Percepção ambiental. 2. Assentamentos humanos – Laranjal do Jari (cidade). 3. Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro. I. Pereira, Larissa Duarte (orient.). II. Título.

CDD 363.7 (21 .ed.)

MARIA FILOMENA SILVA HONORATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Maria Filomena Silva Honorato

Data de aprovação: Laranjal do Jari/AP, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Larissa Duarte Araújo Pereira

Orientadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana

Prof. Esp. Fernanda Freitas Fernandes – IFAP

Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Prof. Esp. Robson Marinho Alves – IFAP

Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Prof. Dr. Themístocles Raphael Gomes Sobrinho

Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá

Prof. Dr. Pablo Cristiano Alves Coelho

Membro da banca examinadora - Faculdade Brasil Norte, FABRAN, Macapá

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial aos meus pais Maria das Virgens Silva e Francisco Cícero Honorato pelo carinho e apoio incondicional, a meu esposo Antonio Janiel de Lima pela ajuda na pesquisa de campo, pelo companheirismo e amizade de todas as horas. Obrigada por me motivarem sempre a persistir nos meus sonhos.

A Profa orientadora Larissa Duarte Araújo Pereira, por todo incentivo, dedicação, amizade e sabedoria na condução deste trabalho, gratidão por inspirar seus alunos na busca pelo conhecimento.

Aos moradores do Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro, pelo acolhimento e colaboração nesta pesquisa.

Aos colaboradores, da Associação dos Moradores, Escola Maria de Nazaré Souza Mineiro e Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Laranjal do Jari, Pedro França Batista, Maria José Santos Rocha, Julliany da Silva Duarte e Manoel Gomes Coelho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, em especial aos professores e servidores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pelos ensinamentos neste percurso de minha formação.

Aos membros da banca Profa Fernanda Freitas Fernandes, Prof. Robson Marinho Alves, Prof. Themístocles Raphael Gomes Sobrinho e Prof. Pablo Cristiano Alves Coelho, por terem aceitado o convite de participar desse momento importante na vida de um acadêmico.

A Profa Gildma Ferreira Galvão Duarte e ao Prof. Luan Patrick dos Santos Silva, pela colaboração neste TCC.

A todos os colegas de curso, em especial a Daniela Damaceno Ferreira, Silvane Maria Monteiro de Sousa, Tatiana dos Santos Costa e Paulo Cirineu Vaz Cruz, pela amizade e momentos compartilhados, de dificuldade e aprendizado.

As demais pessoas, familiares e amigos que contribuíram e torceram de alguma forma para concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim agradeço a Deus, por ter colocado todas essas pessoas em minha vida e pelo privilégio de compartilhar esse universo com todos.

Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos (TUAN, 1980, p. 1).

RESUMO

A Percepção Ambiental está relacionada com vários fatores, como atitudes e crenças que um povo tem sobre sua comunidade. Nesse contexto, busca-se apoio em estudos de percepção ambiental com a finalidade de analisar e compreender a relação entre os seres humanos e o meio ambiente, seja ele natural ou construído. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) visa apresentar um estudo de percepção ambiental dos moradores do Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro, município de Laranjal do Jari/AP. Este assentamento se encontra no perímetro urbano de Laranjal do Jari e para a construção das moradias foram necessárias alterações no ambiente natural dantes ali apresentado. A metodologia utilizada foi investigativa de abordagem quali-quantitativa, relacionada a percepção ambiental diante da realidade local, considerando questões culturais e sociais dos moradores. Realizou-se estudo bibliográfico e documental que subsidiaram na compreensão dos resultados. Visitas de campo ao assentamento e órgãos governamentais foram realizadas, bem como análise de imagens de satélite de aplicativos como Google Maps e Google Earth. O estudo de percepção ambiental concretizou-se por meio da aplicação de questionários, logo, uma das etapas metodológicas foi a produção deste material, que se baseou nos conceitos de toponímia, descritos por Y Fu Tuan. O local amostral pré-definido para pesquisa foi a Rodovia Nazaré Mineiro, rua principal do assentamento, sendo questionários aplicados a quarenta e cinco moradores voluntários (as) a pesquisa, entre perguntas objetivas e discursivas, seguindo os aspectos: perfil socioeconômico e percepção socioambiental dos moradores do assentamento. Os dados foram tabulados e analisados por meio de software estatístico livre, Libre Office Cálculo. Através desta pesquisa evidenciou-se a presença da questão agrária no município de Laranjal do Jari com o acesso às terras por muitos assentados, ficando evidente também a necessidade de políticas públicas voltadas para manutenção dessas famílias no assentamento, visto que nos últimos anos muitos assentados venderam seus lotes e houve aumento da população. Os aspectos sociais, como, falta de emprego e segurança, e ambientais, como desmatamento, queimadas e acúmulo de lixo, são visíveis. Portanto este trabalho tem relevante contribuição em estudos posteriores em Educação Ambiental e Gestão Ambiental.

Palavras-chave: Percepção Ambiental. Toponímia. Socioambiental. Assentamento.

ABSTRACT

Environmental perception can connect with all most factors, for example, human values, acts and culture in a region. The studies about environmental perception can support, analyze and realize the relationship between man and the environment. This work has the objective to show the environmental perception of Maria de Nazaré Souza Mineiro settlement residents, in Laranjal do Jari/AP. This area is in the urban perimeter of Laranjal do Jari and when the area was open for houses construction, several changes took place. The methodological approach of this work was quantitative and qualitative, and are linked with local reality, culture and social. The author carried out a bibliographic review throughout the work. Visits were made to government agencies and to the settlement. were also analyzed satellite images of google maps and google Earth. The author prepared and applied questionnaire to residents of the settlement, the questionnaire considers the concepts of topophilia and topophobia of Y Fu Tuan. Settlement residents who participated in the research live in Rodovia Nazaré Mineiro, this is the main street of the settlement. Forty-five questionnaires were answered. The data were worked on in software Libre Office Calc. The results demonstrate socioeconomic and socioenvironmental aspects of the residents. Agrarian issues were evidenced in the research, was also evident the need for public investment for the maintenance of families in the settlement. Many residents sold their homes and an increase in the local population. Social aspects, such as unemployment and violence, and environmental aspects, such as deforestation, burning and accumulation of garbage, are visible. Therefore, this work has relevant contribution for later studies in Environmental Education and Environmental Management.

Key words: Environmental Perception. Topping. Socio-environmental. Settlement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa das Unidades de Conservação Federais do Estado do Amapá.....	27
Figura 2:	Mapa de localização do Município de Laranjal do Jari – AP.....	28
Figura 3:	Imagem de satélite da cidade de Laranjal do Jari – AP	28
Figura 4:	Mapa de localização do Assentamento MNSM	31
Figura 5:	Mapa de localização das Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais do Estado do Amapá.....	32
Figura 6:	Área de acesso ao Assentamento Nazaré Mineiro.....	37
Figura 7:	Entrada da agrovila do Assentamento Nazaré Mineiro.....	37
Figura 8:	Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2005) – Laranjal do Jari - AP.....	38
Figura 9:	Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2010) – Laranjal do Jari - AP.....	38
Figura 10:	Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2014) – Laranjal do Jari – AP.....	39
Figura 11:	Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2017) – Laranjal do Jari - AP.....	39
Figura 12:	Incidência de queimadas.....	48
Figura 13:	Desmatamento.....	48
Figura 14:	Construções no entorno do Assentamento Nazaré Mineiro.....	49
Figura 15:	Terreno desmatado para construção de casas.....	49
Figura 16:	Redução da vegetação primária na área do Assentamento.....	50
Figura 17:	Acúmulo de lixo.....	50
Figura 18:	Rua do assentamento sem saneamento e pavimentação.....	54
Figura 19:	Parte baixa do Assentamento Nazaré Mineiro.....	55
Figura 20:	Agrovila.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estado de nascimento dos moradores do Assentamento Nazaré Mineiro.....	40
Gráfico 2: Escolaridade dos moradores questionados no Assentamento.....	41
Gráfico 3: Profissão dos moradores questionados no Assentamento.....	43
Gráfico 4: Tempo de residência no Assentamento Nazaré Mineiro.....	44
Gráfico 5: Percepção dos moradores quanto as mudanças no Índice populacional.....	44
Gráfico 6: Número de assentados questionados.....	45
Gráfico 7: Percepção dos moradores quanto as mudanças que ocorreram no assentamento.....	47
Gráfico 8: Percepção quanto aos problemas ambientais no assentamento.....	51
Gráfico 9: Percepção sobre os desejos de melhoria dos moradores.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNSM	Assentamento Maria Nazaré Souza Mineiro
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSUP	Conselho Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
ESEC-JARI	Estação ecológica do Jari
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituição de Ensino Superior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PCA	Projeto Casulo
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PIN	Programa de Integração Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PMLJ	Prefeitura municipal de Laranjal do Jari
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru
RESEX	Reserva Extrativista do Rio Cajari
SEINF	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano de Laranjal do Jari
SEED	Secretaria de Estado da Educação
TCC	Trabalho de conclusão de Curso
UCs	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	OBJETIVOS	25
2.1	Objetivo Geral.....	25
2.2	Objetivo Específicos.....	25
3	JUSTIFICATIVA	25
4	REVISÃO DE LITERATURA.....	27
4.1	A área de estudos	27
4.2	Estudos de percepção ambiental	33
5	METODOLOGIA.....	35
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
6.1	Análise da expansão urbana	37
6.2	Perfil socioeconômico	39
6.3	Percepção social	43
6.4	Percepção ambiental.....	46
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE A	65
	ANEXO A.....	67

1 INTRODUÇÃO

O presente documento consta da produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. A temática discorrida trata a percepção ambiental dos moradores do Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro (AMNSM), no Município de Laranjal do Jari (AP), frente a crescente expansão urbana, visto que este é um assentamento de origem recente, próximo ao grande lixão da cidade e as margens da BR-156, rodovia federal que liga Laranjal do Jari a Macapá, capital do estado.

No que tange aos TCC no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), a resolução N° 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015 em seu art. 2°. Estabelece a definição e características desta produção como:

I – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de cunho acadêmico, requisito obrigatório para obtenção do seu grau ou título nos cursos de graduação. Expressa também o seu percurso no curso de graduação, em especial seu processo de aprendizagem e os conhecimentos adquiridos e construídos. Pode assumir formatos variados – monografias, artigos, relatório analítico de pesquisa ou outra modalidade –, de acordo com as regras/normativas/orientações/regulamentações e/ou outra desde que oficializada e instituída pela Instituição de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 2015, p. 4).

Para Marconi e Lakatos (2010 p. 43) “pesquisa pode ser considerado um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir dados parciais”, conseqüentemente a pesquisa acadêmica desafia o estudante a investigar o factual, adquirindo experiências no campo acadêmico e, por tanto, levando ao constante acúmulo de conhecimentos ao longo da sua vida pessoal e profissional. Neste contexto, há a apresentação do presente TCC que trata de uma temática relevante em um contexto de expansão urbana local, situada no terceiro maior município do Estado do Amapá, no extremo Norte do Brasil.

Porto (2007), discute que a integração humana na Amazônia, teve início a partir de incentivo governamental a projetos como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), bem como a construção de grandes rodovias, a exemplo a Transamazônica.

“O PIN objetivou garantir o acesso a terras a migrantes de diversas partes do país, através da colonização privada e oficial, a fim de minimizar o movimento migratório direcionado a região sudeste” (PORTO, 2007, p. 94). O PROTERRA criado em 1971 veio junto ao PIN dar acesso a terras á migrantes de outras regiões do Brasil. O órgão responsável pelos projetos foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA (PORTO, 2007).

Nas últimas décadas, sobretudo após a revolução industrial, observam-se números crescentes da população nos centros urbanos, sendo um dos motivos constante a migração daqueles dantes ocupantes de áreas rurais (MIRANDA, SILVA, 2017). Em Laranjal do Jari, ocorreram nos últimos anos a implantação de algumas indústrias, a exemplo da Jari celulose, a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio e do linhão. Estas obras emergiram como atrativos para muitas pessoas se deslocarem de outras cidades e da zona rural em busca de melhores condições de vida.

Em decorrência das alterações provocadas no ambiente, pelo processo de urbanização sem planejamento ambiental adequado, e ações de uso inadequado dos recursos naturais, vislumbra-se a necessidade de realização de estudos de percepção e impactos ambientais. Conhecer o sentimento de pertencimento, a relação de vivência da população nos diversos locais, é indispensável para compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente (TUAN, 1980).

Copque *et al* (2011), discorre sobre o desenvolvimento urbano no Brasil com as seguintes características:

O desenvolvimento dos centros urbanos, da forma como se deu na maioria das cidades brasileiras, não contou com um planejamento adequado que aliasse a atenção às novas demandas construtivas com a manutenção das áreas verdes. A consequência inevitável para essa falta de planejamento foi uma redução excessiva da vegetação nas cidades, principalmente nos locais com grande concentração demográfica e de assentamentos informais (COPQUE *et al*, 2011, p. 1).

Nessas circunstâncias, há a preocupação com o respeito e cuidado com o meio ambiente, em conformidade com Brasil (1988, p. 59), em seu Art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Com isso é necessário a viabilidade de tomadas de decisões e ações individuais e coletivas, pela sociedade e estado, que possibilitem um ambiente ecologicamente equilibrado, despertando os cidadãos para a participação, propiciando-lhes perceberem a relevância dessas para o direcionamento das demandas equivalentes ao meio ambiente (RUSCHEINSKY; VARGAS, 2012), gerando assim, a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do seu destino coletivo (LOUREIRO, 2004).

Para tanto, busca-se apoio em estudos de percepção ambiental com o desígnio de estudar e compreender as inter-relações entre ser humano e o meio ambiente. Quando o ser humano passa a ter conhecimento de sua relação com o ambiente, na busca de uma convivência mais equilibrada com os aspectos naturais e como consequência, uma melhor qualidade de vida

(TRIGUEIRO, 2003). Dias (2004 p.11) afirma, ainda, que ao “adquirir um dado conhecimento sobre o meio ambiente, as pessoas ou grupos sociais podem sensibilizar-se sobre o assunto, alterar atitudes e partir para ações.”

Portanto entende-se que, o sentimento de pertencimento e/ou não pertencimento a realidade atual traz contribuição, para a sociedade e academia, com informações do histórico ambiental, análise de passado e presente no que tange a fauna e flora, bem como, apresenta à todos os resultados de pesquisa dantes desconhecidos deste município, Laranjal do Jari, que é o terceiro maior em população no Estado do Amapá (IBGE, 2017), com grande importância em contribuição estadual e em que se encontra um dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente TCC tem como objetivo apresentar um estudo de percepção ambiental dos moradores do Assentamento MNSM, no município de Laranjal do Jari/AP, no que diz respeito às mudanças que vêm ocorrendo com a expansão da cidade. Pois, este se encontra em uma zona Peri urbana de Laranjal do Jari e para a construção das moradias foram necessárias alterações no ambiente natural dantes ali apresentado.

2.2 Objetivo Específicos

- Levantamento de dados históricos do desenvolvimento de Laranjal do Jari e AMNSM, associado às mudanças no ambiente;
- Compreender o avanço populacional no AMNSM do ano de (1999 à 2017);
- Verificar posicionamentos e atitudes dos moradores frente aos problemas ambientais mais frequentes no assentamento;
- Identificar e entender a influência das ações antrópicas, sobre as alterações ocorridas.

3 JUSTIFICATIVA

O intenso processo de urbanização das cidades pode transformar o cenário urbano em local de riscos, não somente pela vulnerabilidade social gerada como pelo desmembramento do meio natural extinguido ou reduzido, pelo desmatamento. A falta de moradia e ocupações humanas precárias são problemas que se apresentam como grandes desafios para pensar em

políticas públicas destinadas as áreas urbanas expostas aos riscos ou fragilidade ambiental (CUNHA, 2012).

O estudo da percepção ambiental em determinado local (bairro ou comunidade) é um elemento essencial para diagnosticar e entender os elementos culturais de um povo: os costumes a forma como enxergam o meio em que vivem, pode ser usada para promoção de ações de conscientização e despertá-los para o sentimento de cuidado e zelo com o meio ambiente. (MARCZWSKI, 2006).

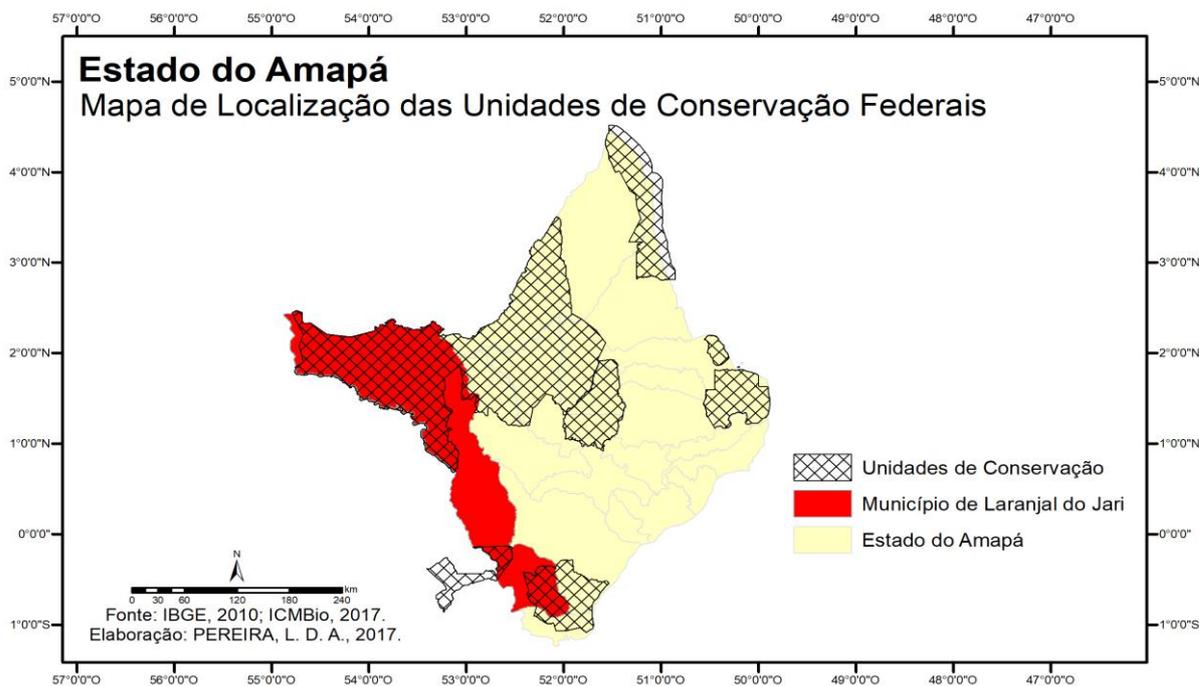
O acelerado crescimento do processo de urbanização proporciona a proliferação de aglomerados urbanos de maneira desordenada e precária, com infraestrutura física, habitações e serviços vulneráveis, o que aumenta riscos de problemas ambientais. Desta maneira, ações antrópicas, desde a década de 1945, vêm intensificando e alterando em massa características originais da Terra (CUNHA, 2012).

A Amazônia representa um dos biomas mais biodiversos do planeta, porém, sofre forte pressão com o crescimento urbano desordenado. Sendo assim, fundamental refletir sobre as ações antrópicas e alterações ocorridas no ambiente natural e construído na região Norte do Brasil (VIEIRA; JARDIM; ROCHA, 2015).

É notável que o município de Laranjal do Jari, sofreu algumas alterações ambientais ao longo dos últimos anos, principalmente com a instalação de alguns projetos de infraestrutura interna. Embora apresente grande parte do território pertencente à uma extensa área ocupada por Unidades de Conservação (UCs) federais (observável no mapa da Figura 1), nota-se reduzidos incentivos para atividades que conscientizem a população com relação à preservação do meio ambiente.

Em razão desta conjuntura que, emergiu o desejo de estudar essa área e entender como se deu o processo de ocupação desta, as consequências devido as ações antrópicas e quais medidas, podem ser tomadas pelo poder público para amenizar os impactos ambientais. Diante do exposto, vislumbra-se necessidade de estudos que possam apresentar as transformações ambientais para que a sociedade compreenda como estas ocorreram ao longo dos anos.

Figura 1: Mapa das Unidades de Conservação Federais do Estado do Amapá.



Fonte: IBGE (2010); ICMBio (2017). Elaboração: PEREIRA, L. D. A. (2017).

4 REVISÃO DE LITERATURA

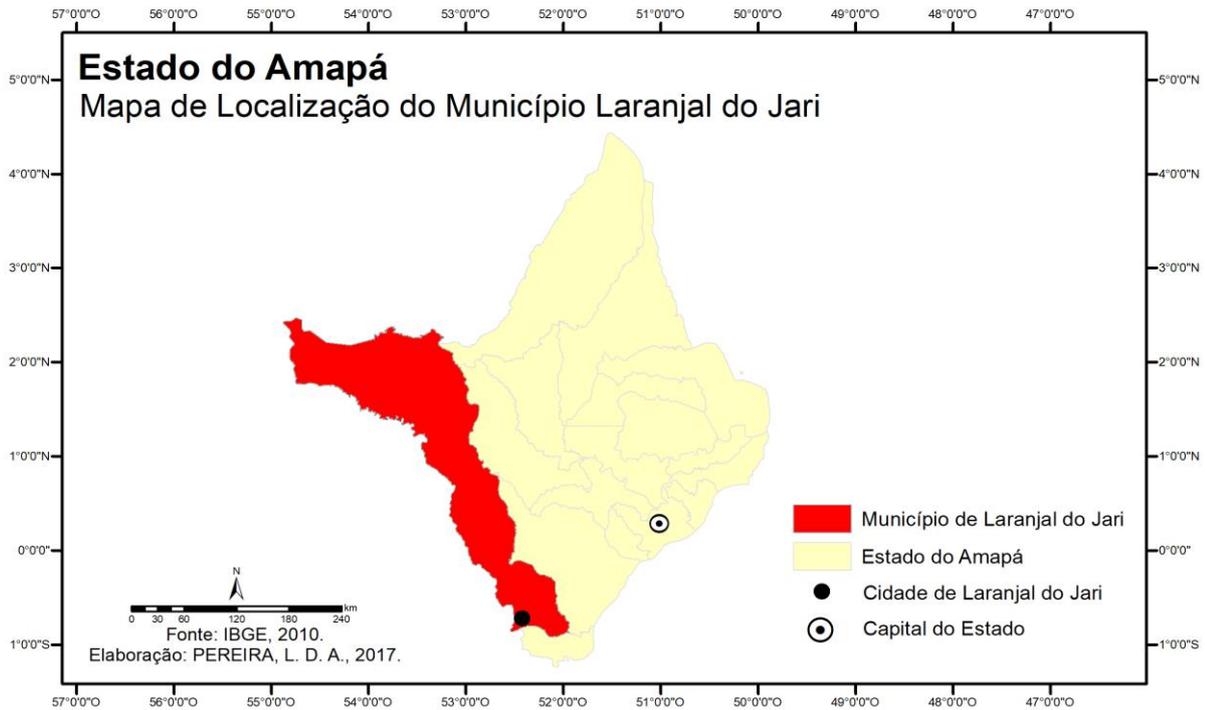
4.1 A área de estudos

O estado do Amapá localiza-se na região Norte do Brasil, podendo ser apresentado conforme Porto (2007) afirma:

Limita-se ao sul (pelo rio Amazonas) e a oeste (pelo rio Jari) com o Estado do Pará a leste com o Oceano Atlântico, ao norte com a Guiana Francesa (pelo rio Oiapoque e Serra do Tumucumaque) e a noroeste com Suriname (pela Serra do Tumucumaque). Possui 1.691 Km de fronteira nacional e 707 Km de estrangeira. É atravessado pela linha do Equador e ocupa uma área de 143.453,7 Km², que corresponde a 3,71 % da região Norte e 1,68% da área nacional (PORTO, 2007, p. 21).

Laranjal do Jari- AP é um município inserido no ambiente amazônico as margens do rio Jari, que separa Laranjal do Jari – AP de Monte Dourado – PA. A localização deste município, pode ser observado no Mapa de (Fig. 2) abaixo, e a cidade pode ser visualizada na imagem de satélite da (Fig. 3) abaixo, na região sul do estado Amapá.

Figura 2: Mapa de localização do Município de Laranjal do Jari – AP



Fonte: Dados do IBGE (2010). Elaboração: PEREIRA, L. D. A. (2017).

Figura 3: Imagem de satélite da cidade de Laranjal do Jari – AP.



Este município foi criado pela lei federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987. Desmembrado do município de Mazagão, AP, e teve população estimada para 2017, em 47.554

habitantes, com área territorial de 30.782,998 km², sendo considerado terceiro município mais populoso do estado (IBGE, 2017).

As transformações na Amazônia e a integração nacional, começaram a partir de investimentos em infraestrutura por empresas privadas, com financiamento do governo federal para que ocorresse a ocupação da Amazônia brasileira. Nesse âmbito os empreendimentos grandiosos foram construídos em vários estados do Norte do Brasil. (SAUTCHUK, CARVALHO, GUSMÃO, 1979). No período da ditadura militar entre 1960 e 1970, a Amazônia fornecia, recursos minerais às indústrias dos principais centros urbanos econômicos mundiais como (EUA, Japão, Alemanha) (PORTO, 2007).

Os projetos que envolveram investimento no Norte do país geralmente eram financiados por capital estrangeiro. A intenção do governo era gerar lucros imediatos para o país e não o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Pode-se citar como exemplo de grande projeto idealizado pelo governo o complexo Industrial do Jari, em que o milionário norte-americano Daniel Ludwig foi responsável pela sua implantação no ano de 1970. Inicialmente tinha como atuação principal no mercado mundial fornecimento de celulose e exercer atividades na área de alimentos. O projeto “abrange parte dos municípios de Almerim – PA e Laranjal do Jari – AP e a totalidade de Vitória do Jari – AP, ocupa uma área de 1,682 milhão de hectares, o que representa 0,3% da Amazônia”. (PORTO, 2007, p. 75).

Com esse grande empreendimento instalado nas proximidades do rio Jari, várias pessoas vieram morar nas redondezas da indústria e trabalhar no projeto Jari. A instalação urbana originou o “Beiradão”, povoado que desenvolveu-se as margens do Rio Jari (área de várzea), e as casas nesta localidade são chamadas palafitas, “considerado também a primeira e maior favela do Amapá, que localiza-se em frente a Monte Dourado - PA, separado pelo Rio Jari, com apenas 243 metros” (IBGE, 2017). As pessoas que ficavam desempregadas ou que não conseguiam trabalho no projeto voltavam a sua cidade de origem ou iam morar do outro lado do rio, diante disso, surgiu a cidade de Laranjal do Jari.

Em decorrência de vários eventos que ocorreram na área de várzea como em épocas de cheias do Rio Jari e incêndios, muitas pessoas migraram do alagado (área de várzea) para áreas seguras em relação ao potencial das enchentes locais. Alguns bairros foram construídos pela prefeitura, mas, outros foram e são construídos pelos próprios moradores a medida em que se avança o número de habitantes.

O Assentamento MNSM, objeto de estudo, localiza-se em área de maior altitude em relação aos demais bairros, oferece pouco risco de ser atingido pelas cheias do rio Jari, como destaca o IEPA (2004), Laranjal do Jari se encontra em uma área de relevo variável, como o

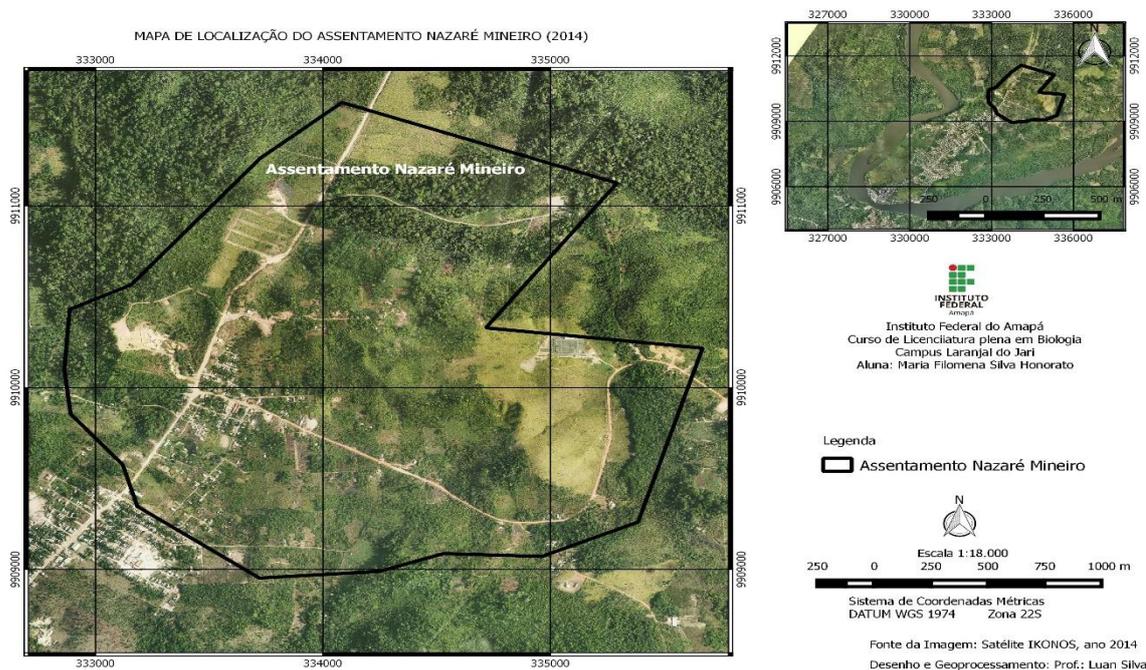
montanhoso, forte ondulado e ondulado. De acordo com a lei Nº 140 da PMLJ-AP, (2000) que regulamenta o AMNSM e altera os Artigos 1º, 2º, 3º da lei nº134-1999 e dá outras providências, discorre que este assentamento foi construído por parte do Projeto Casulo, idealizado pela Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari- AP e aprovado pelo INCRA, as terras eram de domínio da Prefeitura Municipal com área de 3.000,0000 há. Tinha como objetivo atender 100 famílias de pequenos produtores rurais.

O Projeto Casulo (PCA), modalidade de assentamento criado pelos municípios e estados em consonância com o INCRA, com suporte técnico e financeiro do governo federal e infraestrutura básica do Governo Federal e Municipal, foram criados em áreas Periurbanas com finalidade de práticas agrícolas. Essa “modalidade foi revogada pela Portaria do Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017” (INCRA,2017).

Atualmente chama-se Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Essa nova modalidade visa atender os trabalhadores rurais sem-terra, que residem em periferias próximos aos centros urbanos, em situação de vulnerabilidade social, e tem por finalidade desenvolver atividades como de hortifrutigranjeiro, que possa atender as cidades, gerar emprego, renda e conter o êxodo rural (INCRA, 2017).

O crescimento demográfico desordenado faz com que Laranjal do Jari apresente, atualmente, vários bairros, e também o AMNSM. O referido assentamento se encontra dentro da zona urbana do município, como apresenta o mapa de (Fig. 4) de localização do assentamento. Vários moradores que residem no local, não são mais assentados da reforma agrária, muitos passaram por dificuldades e conflitos para conseguir o título de posse de um lote de terra. Apesar de estar próximo ao centro municipal, a população hoje sofre com a falta de planejamento e de saneamento básico.

Figura 4: Mapa de localização do Assentamento MNSM



Fonte: Satélite IKONOS (2014). Desenho e Geoprocessamento: SILVA, L. P. S. (2017)

O assentamento tem um histórico de resistência em sua ocupação, essas terras inicialmente eram ocupadas por posseiros, e para que ocorresse a desapropriação um grupo de trabalhadores ocupou a área que atualmente é o Assentamento Maria Nazaré Souza Mineiro. Esse nome foi dado em homenagem póstuma a uma das líderes do grupo, assassinada em (1998) em Laranjal do Jari-AP (NASCIMENTO, 2009). Relato de um dos primeiros moradores do assentamento, “antes do local ser oficializado como assentamento, aqui já residia várias famílias sem teto que faziam parte do grupo dos sem-terra, muitos desempregados da Jari celulose, de origem de outros estados do Brasil, que não conseguiram voltar a sua cidade natal” (informação verbal)¹.

O complexo Jari tem deixado as suas marcas ao longo dos anos, pois consta de um histórico de exploração dos recursos minerais da Amazônia brasileira. Com o desemprego muitas pessoas sobrevivem na informalidade, da exploração dos recursos minerais de forma ilegal, desmatamento, exploração do ouro (garimpos), caça e pesca.

O recurso mineral mais cobiçado na Amazônia é o ouro, sua exploração ocorre pelos garimpos ilegais e por várias companhias de mineração espalhadas pela Amazônia. É uma atividade que pode causar diversos impactos ambientais e sociais. Como ambientais podemos destacar: a degradação do solo, assoreamento dos rios, poluição por mercúrio podendo causar

¹ Agricultor, nordestino de 63 anos.

sérios problemas de saúde pública, entre os sociais destacam-se: invasões de terras indígenas, prostituição, violência e aumento da população entre outros. (PORTO, 2007).

Diante do histórico de exploração dos recursos naturais em Laranjal do Jari, surge a preocupação de entender a percepção dos moradores sobre a proporção dos impactos ambientais causados no ambiente natural e construído ao longo dos anos, no AMNSM. Este interesse emerge, também, por grande parte de extensão territorial, das unidades de conservação da biodiversidade se estenderem dentro do município de Laranjal do Jari, conforme mostrou o mapa da Figura 1.

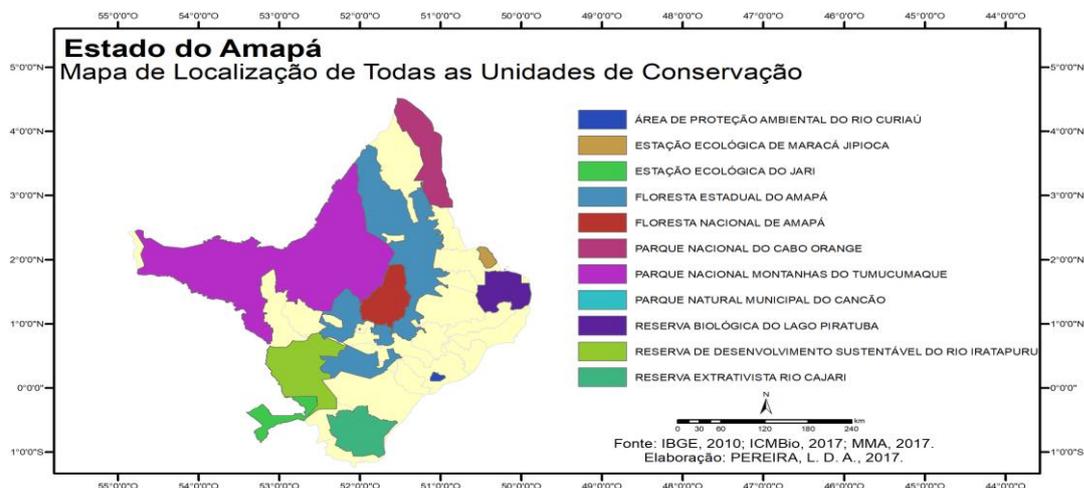
As UCs foram criadas devido a pressão ambiental nacional e internacional após a ECO-92, programa como as reservas extrativistas, exploração de forma sustentável dos recursos naturais e preocupação com o meio ambiente, pelas populações tradicionais. Neste sentido, é necessário estudos que possam contribuir para preservação dos recursos naturais existentes no município de Laranjal do Jari e todo estado do Amapá.

Porto (2007), aborda que, o estado do “Amapá é um dos estados mais preservados da Amazônia”, porém a fiscalização e políticas de conscientização e educação ambiental, ainda são ineficientes para combater os grileiros, garimpeiros e exploradores dos recursos naturais.

A principal característica do Amapá no aspecto ambiental é a reduzida ação antrópica disseminada nos ecossistemas ali existentes, bem como taxa de desmatamento de apenas 5%. [...] sendo um dos estados mais preservados da Amazônia, com 69.485, 80 Km² de área de conservação, correspondendo a 48,4 da área total do estado. Também devido a demarcação de terras indígenas 14.965,39 Km², representando 10,4% do Estado, totalizando 58,8 de áreas protegidas” (PORTO, 2007, p. 145).

Além das UCs federais, existem demais UCs estaduais e municipais que abrangem parte do município de Laranjal do-AP e todo Estado do Amapá (Fig. 5).

Figura 5: Mapa de localização das Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais do Estado do Amapá



Fonte: IBGE (2010); ICMBio (2017); MMA (2017). Elaboração: PEREIRA, L. D. A. (2017)

Entre UCs Federais e Estaduais (seja de Uso Sustentável ou Proteção Integral) que perpassam Laranjal do Jari, destacam-se: Estação ecológica do Jari ESEC-JARI, Reserva Extrativista do Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. (PORTO, 2007).

4.2 Estudos de percepção ambiental

Tuan (1980), afirma que, estudar a percepção, atitudes e valores de um povo sobre meio ambiente é muito complexo.

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser[...]. A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados. O grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente (TUAN, 1980 p. 284).

Os estudos de percepção ambiental tem importante contribuição pois, a partir destes é possível ter uma visão do local estudado, e de como os moradores percebem o meio que o circunda, as reais necessidades do contexto socioambiental de determinado local. Sendo assim, mas fácil a implementação de políticas públicas. (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017).

Os estudos ambientais ganham foco no desenvolvimento das ciências diante da disseminação de informações e sensibilização das diferentes comunidades mundiais. Leff, (2000); Andrade, (2001) *apud* Ribeiro (2012 p. 5) ratificam que, esse foco é oriundo de “um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento, abandonando a concepção histórica de separação entre a espécie humana e o ambiente e buscando o entendimento das relações sociedade-natureza, implicando em alterações de valores e atitudes”. Por isso Tuan (1980, p. 65) em seus estudos sobre Topofilia e Topofobia afirma, que para compreendermos a opinião e atitudes de um povo sobre o meio ambiente é necessário entendermos, seu histórico cultural, “educação, trabalho e sua herança biológica”.

Para Fagionatto (2007) *apud* Costa e Colesanti (2011), a percepção ambiental é possível no momento em que o homem toma consciência da sua relação com o meio ambiente, ou seja, quando se identifica em um contexto espacial. A percepção ambiental se mostra importante para o homem pois, a partir da compreensão da inter-relação do ser humano com o meio que o circunda, este passa a participar ativamente das questões em sociedade, dialogando e propondo soluções. Para tanto:

“[...]Os estudos que se caracterizam pela aplicação da percepção ambiental objetivam investigar a maneira como o homem enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que vive, principalmente em se tratando de ambientes instáveis ou vulneráveis social e naturalmente” (OKAMOTO 1996, *apud* MARTINS; et al, 2013 p. 1).

Fanton *et al.* (2009) afirma, neste cenário, que enquanto consciente, o homem tem como conhecimento a consequência dos seus atos ao longo dos anos, identificando degradações ligadas aos fatores de ocupação e uso do solo. Por meio das ocupações irregulares, o solo tem suas características modificadas, sendo na zona urbana onde ocorrem os maiores processos de degradação.

Espindola *et al.* (2008) reforça sobre o cenário atual, afirmando que a maioria das políticas ambientais dentro da sociedade avaliam a comunidade como um todo, esquecendo as particularidades culturais e os diferentes modos de interação homem e natureza. Logo, políticas sociais devem ser aplicadas de acordo com a necessidade da população levando em conta as particularidades mencionadas.

Destaca-se ainda, a importância da consciência de pertencimento do homem no meio ambiente, como indivíduo participante da construção do seu conhecimento e na busca de melhorias para o meio em que vive (RUCHEINSKY, VARGAS, 2012). E ainda, a importância da relação história e desenvolvimento urbano, visto que desde a revolução industrial o homem tende a considerar a cidade como meio adequado e melhor para seu sucesso de sobrevivência, local este em que se aplica o desenvolvimento tecnológico com finalidade de melhoria de setores de saúde, ensino, trabalho, etc.

5 METODOLOGIA

A área de estudo foi delimitada de acordo com o limite espacial do AMNSM, em Laranjal do Jari/AP conforme apresentado no tópico de revisão da literatura. A metodologia de trabalho se desenvolveu de forma investigativa, relacionada a percepção ambiental diante da realidade local, considerando questões culturais e sociais dos moradores, podendo ser classificada como uma pesquisa qualitativa, com aporte na pesquisa quantitativa.

Para Minayo e Sanches (1993, p. 244 e 245) “é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa [...] o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana”. Gerhardt e Silveira, (2009) afirmam que a pesquisa quantitativa, se baseia em argumentos lógicos e raciocínio dedutivo. Porém a utilização das duas abordagens podem se complementar subsidiando mais resultados a pesquisa.

Durante todo o trabalho realizou-se estudo bibliográfico e documental que subsidiaram na compreensão dos resultados, na medida em que surgiram. Para tal, utilizou-se de periódicos científicos, jornais locais e científicos, consulta a livros, documentos normativos, fotografias e demais produções acadêmicas. Para consulta dos dados documentais foi realizado visitas a campo por meio de ofício (vide Anexo A) a Secretaria de Infraestrutura de Laranjal do Jari, e a Associação dos Moradores no assentamento.

Um dos esforços realizados neste trabalho foi a análise do avanço urbano em Laranjal do Jari, por meio de imagens de satélites disponibilizadas pela empresa Google, por meio dos aplicativos Google Maps e Google Earth.

Os dados obtidos em revisão bibliográfica e documental, subsidiaram a elaboração de algumas questões para um questionário que foram aplicados na localidade (vide Apêndice A). O estudo de percepção ambiental concretizou-se por meio da aplicação de questionários, logo, uma das etapas metodológicas foi a produção deste material, que se baseou nos conceitos de topofilia, descritos por Y Fu Tuan, geógrafo humanista que aborda a relação homem natureza enquanto ser social pertencente a um contexto biológico.

Foi pré-definido como local amostral para pesquisa a Rodovia Nazaré Mineiro, rua principal do assentamento, que liga Laranjal do Jari a Vitória do Jari, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2017. A aplicação dos questionários aconteceu por meio de abordagem aos moradores, sendo 45 o número de moradores que responderam ao questionário de modo voluntário e anônimo entre esses assentados e não assentados. Dessa forma não remunerado para todos os participantes da pesquisa. Para Gil (2008, p.122) o uso do questionário como

método de pesquisa, tem algumas vantagens pois, “possibilita atingir grande número de pessoas; [...] garante o anonimato das respostas”.

O trajeto percorrido pelo pesquisador foi elaborado e mapeado, facilitando a identificação dos participantes e correlação característica e local. Os questionamentos foram feitos entre perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem mais liberdade de responder, sem interferência do pesquisador. Os questionamentos foram divididos e analisados seguindo três aspectos: perfil socioeconômico, percepção social e percepção ambiental dos moradores do assentamento.

Os dados foram tabulados e analisados por meio de software estatístico livre, Libre Office Cálculo, e quando possível realizou-se análise gráfica dos resultados, para interpretação e escrita dos resultados, subsidiando a conclusão e finalização do trabalho para apresentação e publicação.

Alguns dos mapas apresentados neste trabalho foram especialmente elaborados para tal, desenvolvidos no Software ArcMap versão 10.3, (2015).

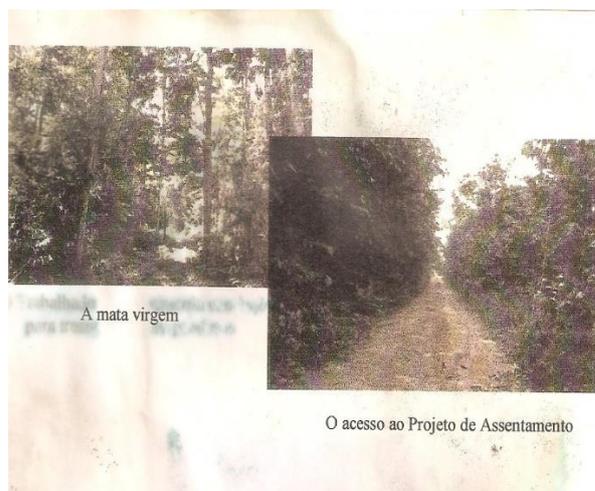
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Análise da expansão urbana

O AMNSM inicialmente era uma área que apresentava poucas ou nenhuma casas e comércios, podendo ser considerado como localidade rural, pois era afastado do centro urbano. Contudo com o processo de urbanização e transformações sócio culturais ocorridas em Laranjal do Jari, AP, pode ter sido um fator influenciador nas modificações expressivas, na utilização do solo, nessa área Periurbana do município.

O AMNSM está localizado próximo ao lixão do município, até pouco tempo essa localidade era uma área verde, coberta por floresta. As imagens de satélite e fotografias, abaixo, representam o processo de expansão do assentamento nos anos de 1999, 2005, 2010, 2015 e 2017 (Fig. 6, 7, 8, 9,10 e 11).

Figura 6: Área de acesso ao Assentamento.



Fonte: Manoel Gomes Coelho (1999).

Figura 7: Entrada da Agrovila do AMNSM



Fonte: Acervo da autora (2017).

Nas fotos dos anos de 1999 e 2017 (Fig. 6 e 7), intervalo de 18 anos, evidencia-se que a área de acesso ao assentamento era constituída de floresta, posteriormente ocorreu abertura da estrada que dá acesso ao assentamento (Rodovia Nazaré Mineiro), que liga Laranjal a Vitória do Jari. O assentamento fica às margens da BR 156 e, atualmente, na vizinhança da localidade há construções e presença de energia elétrica. Ocorreram épocas de aceleradas modificações comprometendo as áreas verdes que antes predominavam neste local.

Figura 8: Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2005) - Laranjal do Jari AP.



Fonte: Google Earth (2005)

Figura 9: Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2010) - Laranjal do Jari – AP



Fonte: Google Earth (2010)

A partir da observação das imagens de satélite da área (Fig. 8 e 9), percebe-se que houve mudanças na caracterização da área do AMNSM. A imagem de satélite do ano de 2005 Fig. 8 apresenta densa área florestal. Pelos dados analisados e percepção dos moradores do assentamento (vistos no subcapítulo a seguir), observa-se que o assentamento estava em processo de ocupação e construção, pois já haviam ocorrido cinco anos de sua regulamentação, existindo várias famílias que residiam em barracões de palha e casas de madeira. Na Fig. 9, ano de 2010, nota-se presença de algumas ruas e várias construções na Agrovila. Local que recebeu toda infraestrutura básica do assentamento, como escolas e posto de saúde, neste período os moradores que residiam no assentamento, eram apenas as famílias de assentados.

Figura 10: Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2015) - Laranjal do Jari – AP



Fonte: Google earth (2015)

Figura 11: Imagem de satélite do Assentamento MNSM (2017) - Laranjal do Jari – AP



Fonte: Google Maps (2017)

Já no ano de 2015 (Fig. 10), observa-se um aumento no número de ruas e residências. A (Fig. 11) ano de 2017, verifica-se que o processo de expansão continua, em decorrência do processo de ocupação pela venda dos lotes e das atividades econômicas desenvolvidas no assentamento (como exemplo agricultura), percebe-se ainda, principalmente, a modificação no espaço natural no assentamento e em seu entorno.

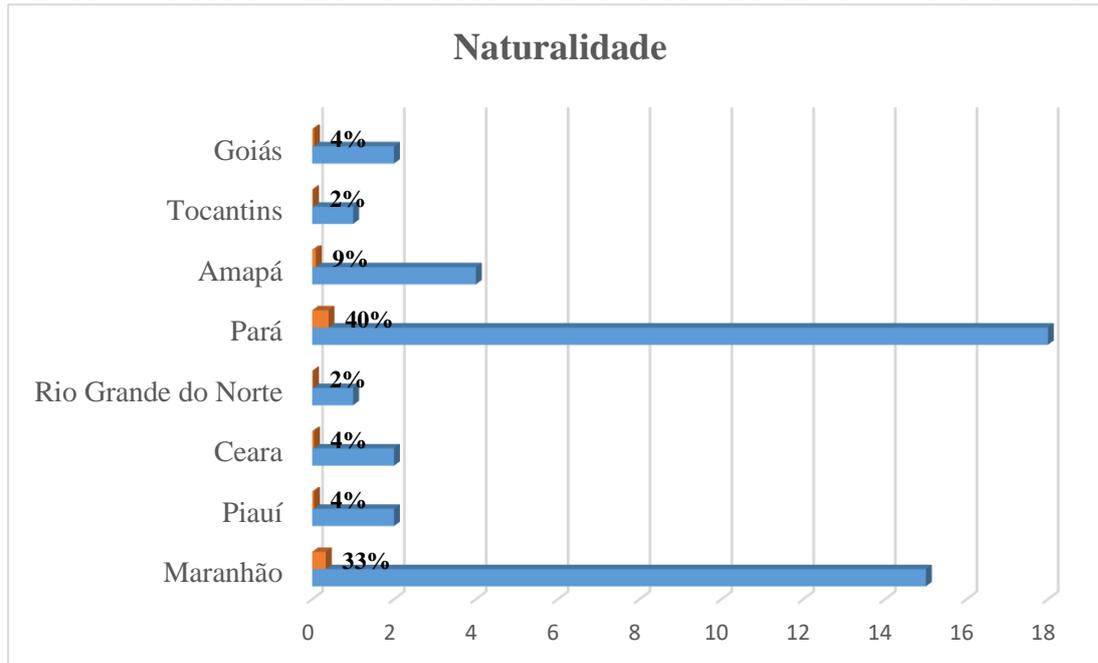
6.2 Perfil socioeconômico

O quantitativo total (100%) de participantes voluntários da pesquisa apresentou 45 (quarenta e cinco) pessoas, dentre elas, vinte e seis (58%), do sexo feminino e dezenove (42%), do sexo masculino.

A faixa etária das participantes do sexo feminino esteve entre 18 a 74 anos, com média de 45 anos de idade, e do sexo masculino variou de 19 a 64 anos, com média de 48 anos de idade.

Os resultados obtidos como indicativos do local de natalidade dos entrevistados estão dispostos no (Gráfico 1), abaixo

Gráfico 1: Estado de nascimento dos moradores do Assentamento Nazaré Mineiro.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, ao interpretar o Gráfico 1, que dezoito (40%) entrevistados nasceram no estado do Pará, sendo maioria da cidade de Almeirim-PA, em minoria de Belém, Santarém e outras cidades. Apenas quatro (9%) entrevistados nasceram em Laranjal do Jari, Santana e Pracuúba, no estado do Amapá.

O maior número de moradores serem de origem do estado do Pará pode ser justificado, devido os dois estados terem limites territoriais próximos, tendo em vista que “Até a criação do Território Federal do Amapá, em 13/09/1943, as terras amapaenses eram administradas pelo Governo do Estado do Pará” (IMAP, 2017).

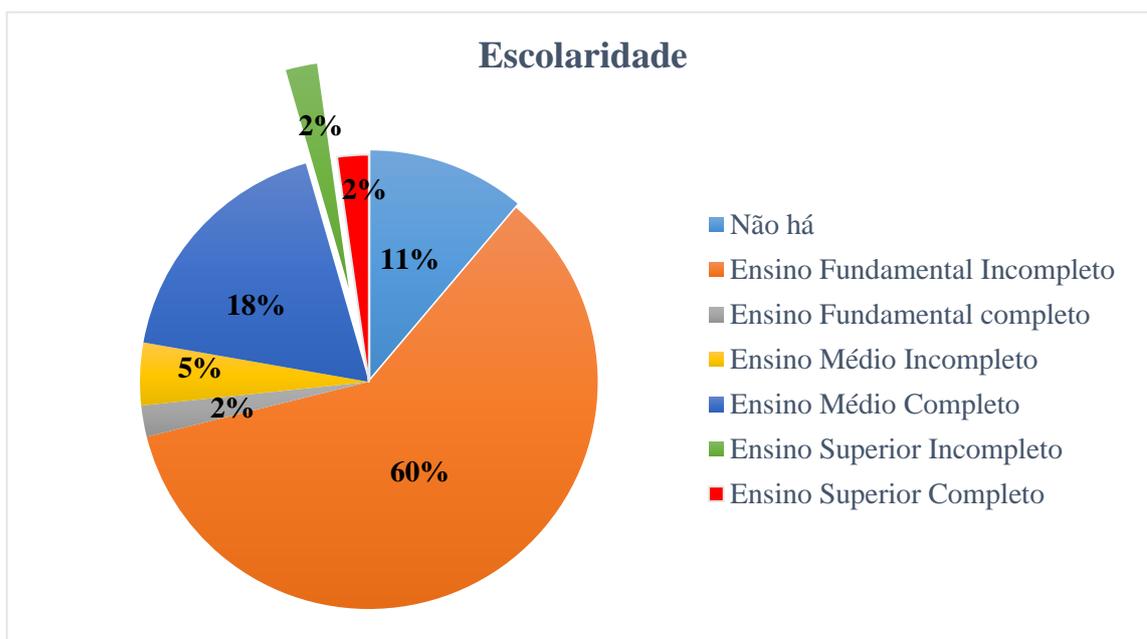
Dessa forma, no início do povoado que deu origem ao município de Laranjal do Jari não havia hospitais, logo, grande parte das crianças nasciam no hospital de Monte Dourado, do outro lado do rio Jari, distrito de Almeirim-PA, sendo sua naturalidade de Almeirim-PA. Atualmente Laranjal já dispõe de um hospital e unidade neonatal que atende a população local.

O gráfico 1 indica, ainda, que quinze (33%) dos moradores entrevistados nasceram no estado do Maranhão, alguns em menor número residiam em outros estados do Nordeste, como Ceará (5%), Piauí (5%) e Rio Grande do Norte (2%). Em seguida destaca-se a presença de nascimentos no estado do Goiás (Centro-Oeste) (5%) e estado do Tocantins (Norte) (2%).

Filocreão e Da Silva (2016) destacam que diante dos programas de incentivo do Governo Federal para ocupação e desenvolvimento da Amazônia, a partir de 1970, muitos empreendimentos serviram como atrativos para o fluxo migratório de pessoas de outras regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste brasileiro. A exemplo disso o Projeto Jari e posteriormente outros projetos de infraestrutura que ocorreram no município de Laranjal do Jari.

Para investigar sobre a escolaridade dos entrevistados, houve a elaboração do gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2: Escolaridade dos moradores questionados no Assentamento.



Fonte: Dados da pesquisa.

O grau de escolaridade dos moradores voluntários a este TCC indicou que cinco (11%) não tem escolaridade, vinte e sete (60%) deles apresentam o ensino fundamental incompleto, um (2%) apresenta ensino fundamental completo, dois (5%) não concluíram o ensino médio, oito (18%) possuem o ensino médio completo, um (2%) está cursando o ensino superior e um (2%) concluiu o ensino superior.

Diante do exposto, percebe-se que a maioria dos moradores não concluíram o ensino fundamental, e alguns não estudaram. Isso justifica-se, porque no assentamento só tem escolaridade até o ensino fundamental I. Sendo assim necessário uma atenção maior a

escolarização e continuidade nos estudos de jovens e adultos. Houve tentativas de alfabetização e escolarização, devido a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), este apoia projetos que contemplem a escolarização e a formação dos trabalhadores assentados da Reforma Agrária (BRASIL, 2011).

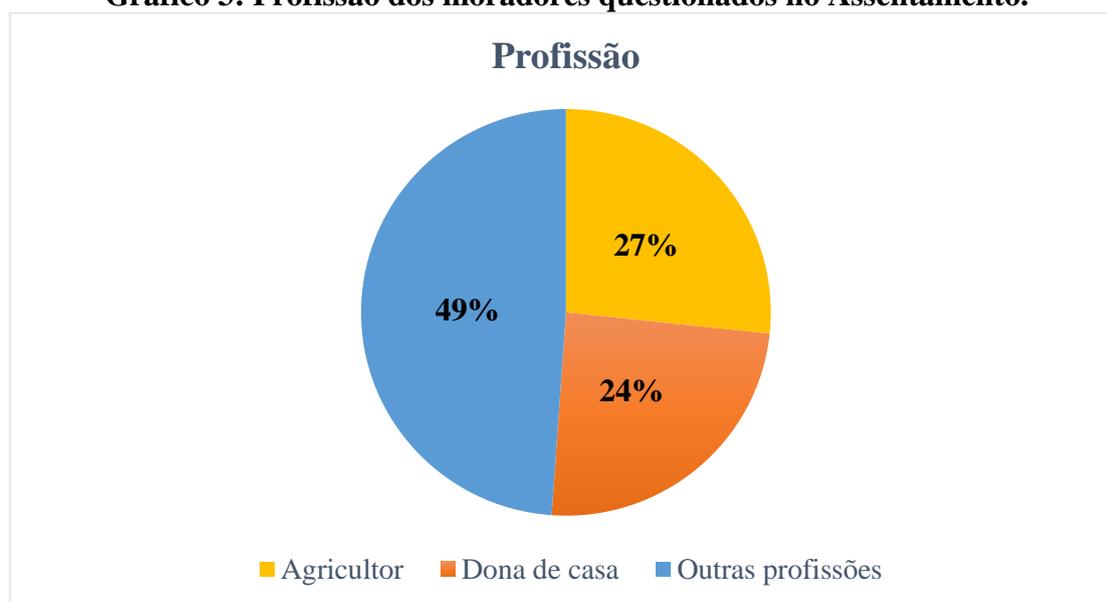
O Assentamento Maria de Nazaré Mineiro foi contemplado na segunda fase do PRONERA, convênio firmado entre o INCRA e a Secretaria de Educação do Estado SEED em 2005, no qual a SEED foi coordenadora do projeto e tinha como objetivo a alfabetização de jovens e adultos EJA e elevar a escolaridade no primeiro segmento do ensino fundamental (1ª à 4ª série) para os assentados da reforma agrária, diante do alto índice de analfabetismo e baixa escolarização entre os beneficiários da Reforma Agrária (COSTA, LOMBA, 2017).

Posteriormente, de acordo com os representantes da Escola Municipal Maria Nazaré Souza Mineiro no ano de 2006, foi ofertado (3ª e 4ª etapa) de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mais recente em 2013 e 2014 o Programa Brasil Alfabetizado. Porém esses programas passaram por dificuldades como evasão, e atualmente o EJA não funciona no assentamento pela dificuldade de formar turmas. Entende-se que, há necessidade de políticas públicas voltadas para permanência de jovens e adultos na escola. Pois nota-se que há tentativas porém as expectativas não foram atendidas.

Quanto ao ensino fundamental II e ensino médio os alunos que querem dar continuidade aos seus estudos se deslocam para bairros como Cajarí e Agreste. O Instituto Federal de Educação- IFAP, firmou parceria com o INCRA-PRONERA, por meio do “Termo de Execução Descentralizada INCRA/IFAP nº 12/2014”, para oferta do Curso Técnico em Meio Ambiente e 17 alunos do Assentamento Casulo foram atendidos (INCRA, 2015).

Quanto ao ensino superior gratuito vem se modificando após a regulamentação de cursos superiores no IFAP-LJ. Antes disso muitos estudantes se deslocavam até a Capital do estado ou outras cidades. Porém nem todos dispunham ou dispõem de recursos financeiros suficientes para concluir um curso superior em uma universidade particular ou manter-se na capital, entre outros fatores que podem influenciar para quem mora um pouco distante dos centros urbanos. Desde o ano de 2014 o IFAP-Laranjal do Jari oferta curso superior e hoje conta com o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnólogo em Gestão Ambiental e tem previsão de mais um curso para o ano de 2018.

No que tange a profissão dos entrevistados, observou-se os resultados que estão no (gráfico 3), a seguir.

Gráfico 3: Profissão dos moradores questionados no Assentamento.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que doze (27%) dos moradores respondeu desenvolver atividades voltadas para agricultura, como cultivo, de mandioca, banana, hortifrúti e criação de animais, como porcos e galinhas, abastecendo alguns comércios e feiras do município. Onze (24%) das entrevistadas responderam serem dona de casa, muitas comentaram a falta de oportunidade de trabalho e cursos de qualificação, revelando ainda a dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Vinte e dois (49%) entrevistados responderam outras profissões como atividade fonte de renda, entre essas: comerciante, borracheiro, autônomo, operador de motosserra entre outras. A maioria dos moradores que responderam outras profissões são moradores da agrovila como referem-se os moradores da área mais próxima a BR 156.

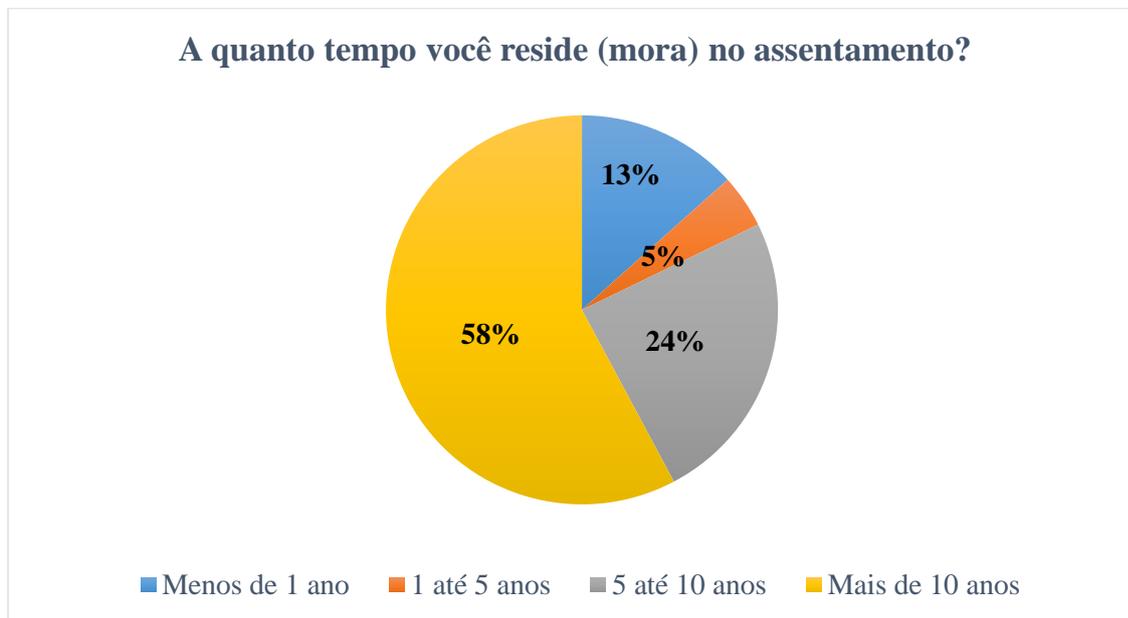
Apesar de ser um assentamento voltado para atividades rurais, nota-se que muitos moradores recorrem a outras profissões e aos benefícios de programas sociais (como por exemplo, o Bolsa Família) como fonte de renda, devido à falta de “incentivo e programas de apoio ao agricultor”, segundo relatou um morador. A maioria das profissões pode estar relacionado ao grau de escolaridade dos moradores, sendo a maioria ditas “informais” como apresentou a análise dos dados.

6.3 Percepção social

Sobre o tempo de residência dos moradores entrevistados no assentamento, vinte e seis deles (58%) moram a mais de 10 anos no local, a maioria está desde o início da implantação do assentamento, onze dos entrevistados (24%) residem entre 5 até 10 anos, vieram depois da

implantação do assentamento, de outros municípios ou da zona rural, dois (5%) entrevistados residem há menos tempo, de 1 até 5 anos e seis (13%) estão ali há menos de um ano (Gráfico 4).

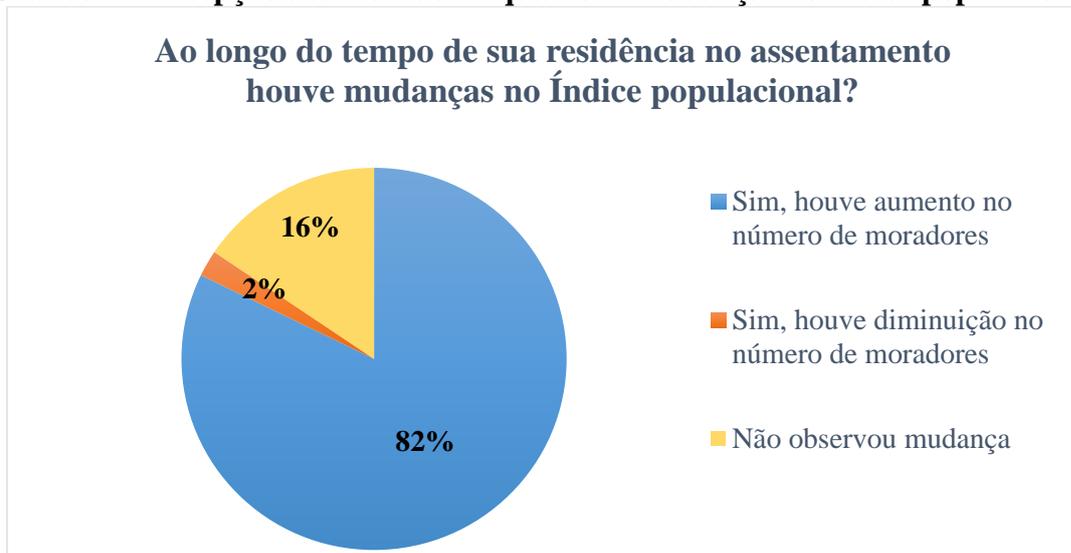
Gráfico 4: Tempo de residência no Assentamento Nazaré Mineiro.



Fonte: dados da pesquisa

O gráfico seguinte (gráfico 5) vem complementar o resultado anterior, em que trinta e sete (82%) dos moradores questionados perceberam aumento no número de moradores, sete (16%) não observaram mudanças e apenas um (2%) acha que diminuiu o número de residentes no assentamento.

Gráfico 5: Percepção dos moradores quanto as mudanças no Índice populacional.

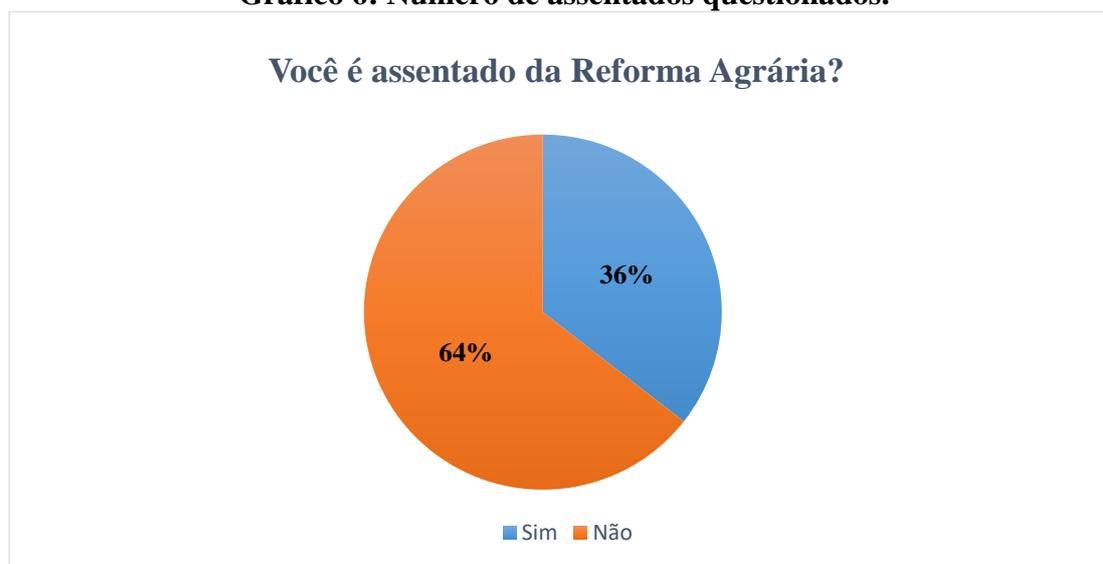


Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos resultados percebe-se que o número de moradores aumentou no assentamento. Nesse contexto, muitas pessoas que eram assentados venderam parte ou todo do seu terreno sendo comum observar muitas construções em seu entorno.

Ao serem interrogados sobre a condição de assentado da Reforma Agrária dezesseis (36%) responderam serem assentados, observa-se uma divergência com relação ao gráfico 3, em que, apenas, (27%) dos moradores afirmaram ter agricultura como profissão, diante disso entende-se que muitos dos moradores assentados, já não utilizam-se apenas da agricultura como fonte de renda. Vinte e nove (64%) não são assentados da reforma agrária (gráfico 6).

Gráfico 6: Número de assentados questionados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram cadastrados inicialmente como assentados 100 famílias que receberam o título de posse de um terreno com dimensões 100 m por 200 m para o cultivo de produtos agrícolas, atualmente existe 93 famílias cadastradas como assentados (INCRA 2017). Esses títulos eram inegociáveis por um prazo de 10 anos, como está previsto na Constituição Federal de (1988) em seu Art. 189 estabelecendo que:

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. *Parágrafo único.* O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (BRASIL, 1988, p. 52).

Após esse prazo muitos assentados venderam seus lotes, outros passaram para os familiares que teriam vendido. Diante disso as aglomerações e número de moradores tem crescido na agrovila, onde se concentra a maioria dos moradores, os terrenos conseqüentemente são mais baratos em relação aos terrenos mais próximos da cidade e por ser mais seguro em

relação ao potencial de enchentes ocorridos nas áreas de várzeas do município. Com isso tem surgido alguns questionamentos quanto a caracterização do assentamento, de acordo com a percepção dos moradores entrevistados, entre assentados e não assentados, os últimos querem a regulamentação de bairro.

6.4 Percepção ambiental

Os dados referentes a percepção ambiental dos moradores questionados, no AMNSM, buscaram identificar a percepção dos moradores a respeito das transformações ocorridas no meio natural e construído ao longo dos anos e a relação destes quanto a conservação do meio em que vivem.

A primeira pergunta foi em relação as mudanças que ocorreram no assentamento o que eles lembravam da área antes, dezenove (42%) relataram que existia somente mato e barracos cobertos com palha, revelando que muitos estão no local desde o início do assentamento. Quinze (33%) recorda que existiam poucas construções, entre residências, posto de saúde, escola, estradas e ramais. Três (7%) disseram não possuir energia no assentamento, sete (16%) não lembra ou não percebeu nenhuma mudança no assentamento, e um (2%) lembra que no início de implantação do assentamento tinha lavanderia e horta comunitária na agrovila (Gráfico 7).

Percebe-se que a maioria dos moradores observaram mudanças no assentamento e foram acontecendo gradativamente, na medida em que aumentou o número de moradores, ocorreu transformação do espaço natural, como especificado em alguns relatos dos moradores: “Antes era só os assentados, não tinha escola, era só um barracão e a população era menor antes da venda de lotes” (informação verbal)², “Tinha poucas casas, não tinha posto de saúde, água encanada e tinha uma lavanderia” (informação verbal)³, “não tinha estrada, era só mato, ainda não era assentamento, começou com um projeto para mulheres de horta, depois teve a abertura de estradas e loteamentos, teve muito conflito” (informação verbal)⁴.

Dias (2004, p. 249) afirma em sua obra que “a expansão urbana, ocorrida nas duas últimas gerações, é responsável pela criação das áreas mais profundamente alteradas da biosfera, estabelecendo ali intensos metabolismos de alta carência energética e material para o

² Agricultora, 50 anos.

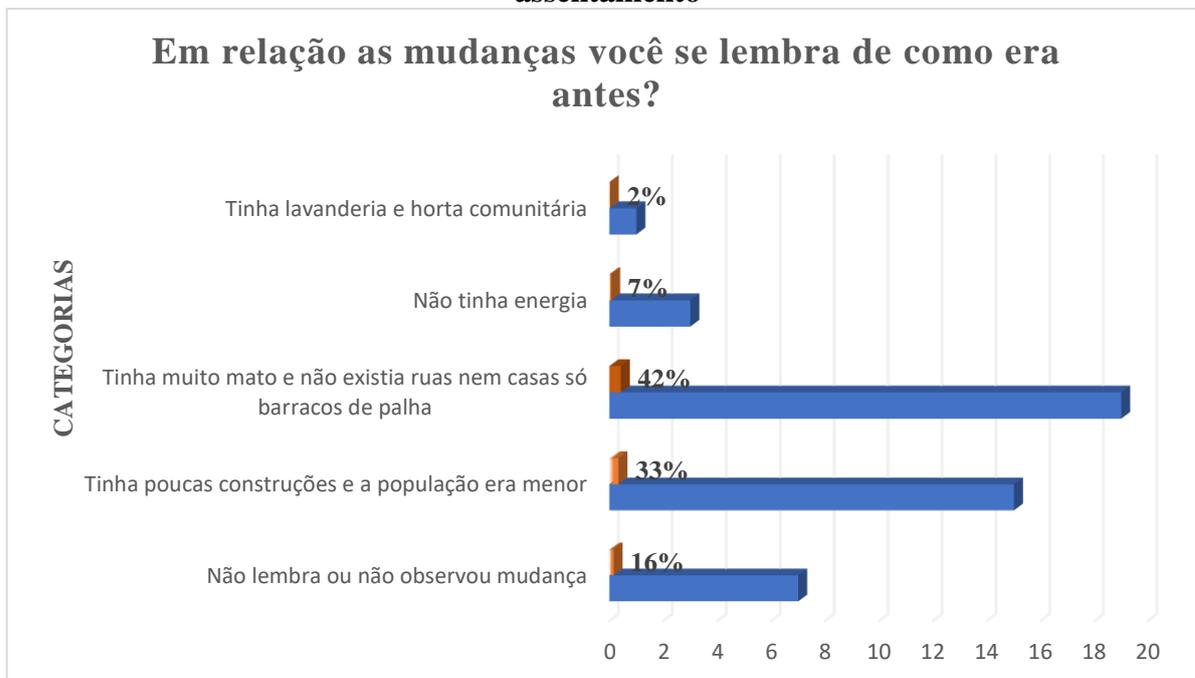
³ Estudante, 31 anos.

⁴ Agricultor, 38 anos.

seu funcionamento”. E os relatos acima, indicam que pode ter ocorrido algo similar na área de estudo deste trabalho.

Sobre a percepção dos entrevistados observou-se o (gráfico 7) abaixo.

Gráfico 7: Percepção dos moradores quanto as mudanças que ocorreram no assentamento



Fonte: Dados da pesquisa

A segunda pergunta foi quanto a percepção dos moradores sobre o assentamento ter prejudicado o meio ambiente pela análise do (Gráfico 8), dezenove (42%) acham que não prejudicou ou não soube responder, onze (24%) responderam que sim com a prática de queimadas, é uma queixa frequente dos moradores principalmente no verão a incidência é frequente (Fig. 12), oito (18%) responderam que sim com o desmatamento para agricultura, criação de gado e construções (Fig. 13, 14, 15, 16,), sete (16%) disseram que sim com o acúmulo de lixo (Fig. 17), pois muitos moradores acumulam o lixo nas ruas, devido a coleta não passar todos os dias no assentamento.

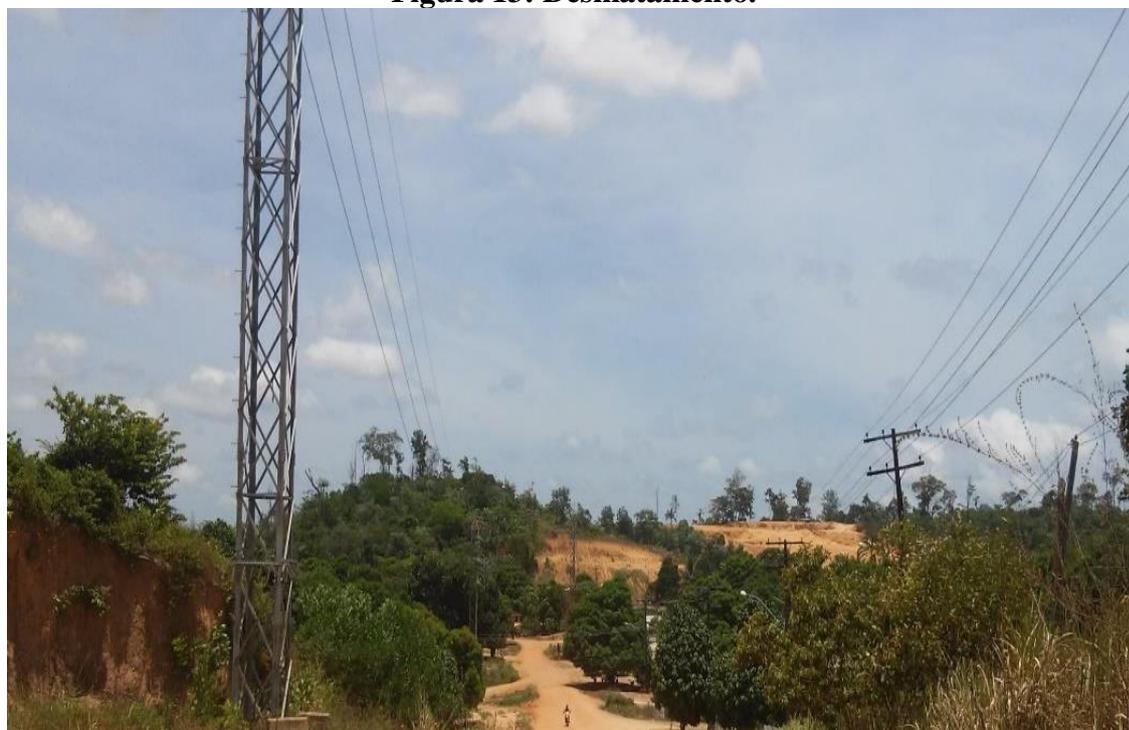
Alguns dos problemas listados foram visualizados pela autora que oportunamente realizou documentação fotográfica, conforme mostram as (Fig. 12 a 17), a seguir. Foram notados resquícios de queimadas, desmatamento, acúmulo de lixo e ampliação de construções.

Figura 12: Incidência de queimadas



Fonte: Fotografia da autora

Figura 13: Desmatamento.



Fonte: Fotografia da autora

Figura 14: Construções no entorno do assentamento.



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 15: Terreno desmatado para construção de casas



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 16: Redução da vegetação primária na área do Assentamento.



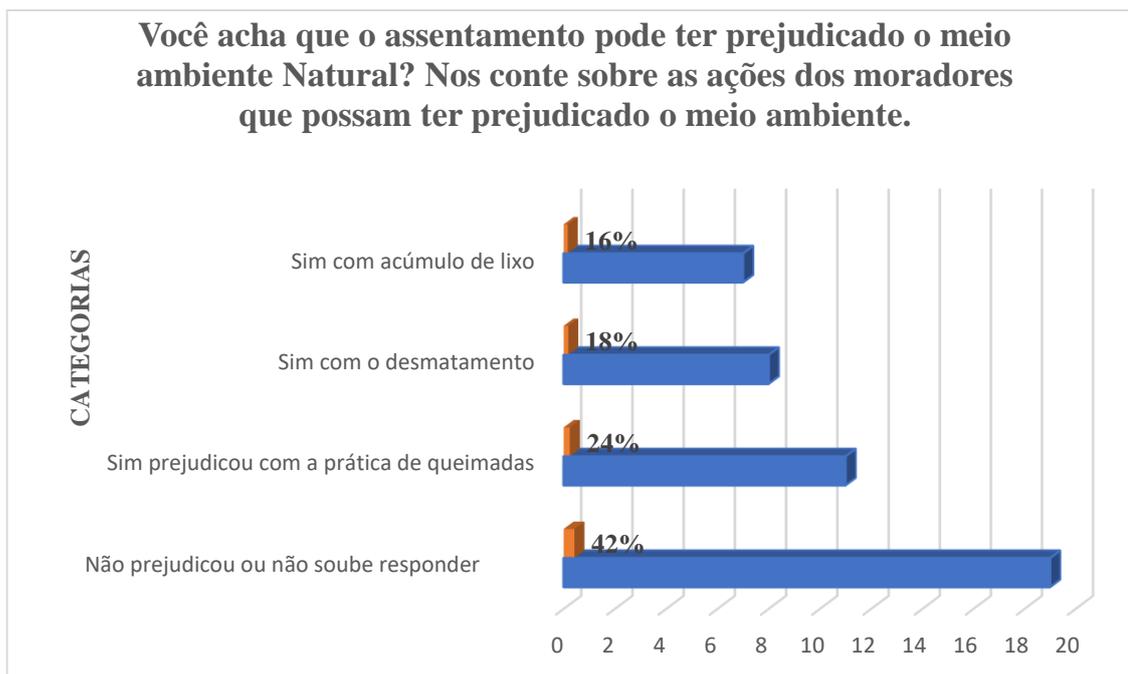
Fonte: Fotografia da autora.

Figura 17: Acúmulo de lixo.



Fonte: Fotografia da autora.

Gráfico 8: Percepção quanto aos problemas ambientais no assentamento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que a maioria dos moradores tem consciência de algumas ações antrópicas causadas ao meio em que vivem, porém boa parte dos moradores omitiram ou não souberam se o assentamento e as ações dos moradores poderiam causar danos ao meio ambiente. Verificou-se algumas falas dos moradores: “Acho que não, os assentados não prejudicam” (informação verbal)⁵ “Acho que prejudicou em partes pelo desmatamento a retirada da floresta, porém houve benefícios, como moradia, criação de galinha e mais alimento” (informação verbal)⁶, “Prejudicou com acúmulo de lixo, queimadas e falta de saneamento” (informação verbal)⁷.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA define no Art. 3º Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Por isso a importância de trabalhos em percepção, pois oferece subsídios para políticas de conscientização e educação ambiental da população sobre a importância e zelo com o meio ambiente.

Diante disso constata-se, que os problemas ambientais estão relacionados com a pressão que o processo de urbanização acelerada impõe sobre os ecossistemas. E por mais que no último

⁵ Agricultora, 50 anos.

⁶ Cozinheira, 64 anos.

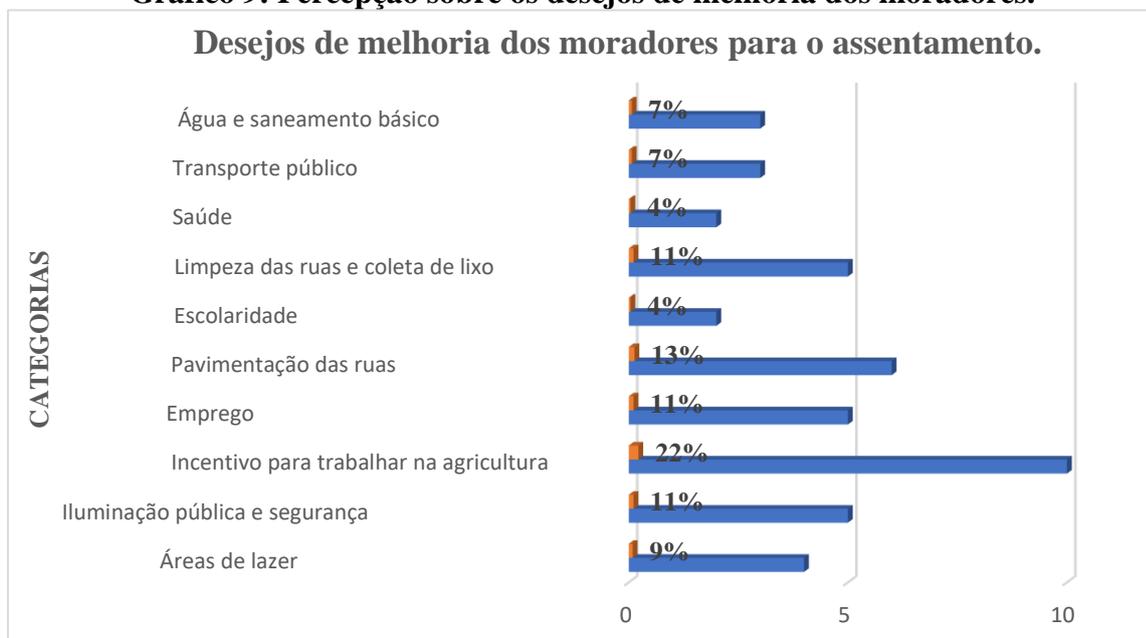
⁷ Autônomo, 34 anos.

século as questões ambientais tenham tomando um amplo debate, existem complexidades que impedem a implementação de políticas públicas ambientais e tentativas de equacionar os problemas decorridos do crescimento urbano e suas interferências nos recursos naturais existentes e qualidade de vida dos moradores dessas áreas.

Nascimento (2009) diz que um dos problemas dos assentamentos está relacionado ao fato de muitos projetos terem sido instalados sem estudos prévios de licenciamento ambiental, pois parte de decisões do governo tinha como prioridade cumprir metas e diminuir a tensão social dos conflitos existentes. No Assentamento esses problemas esbarram no fato de ser uma modalidade específica de assentamento, que sofre forte pressão dos problemas enfrentados no centro urbano.

A terceira pergunta foi em relação a qualidade de vida dos moradores atuais, quais os desejos de melhoria e posturas que poderiam melhorar o bem estar social no assentamento (Gráfico 9). Dez (22%) dos moradores questionados acham que precisa melhor na agricultura. Seis (13%) responderam a pavimentação das ruas. Cinco (11%) responderam emprego. Cinco (11%) iluminação pública e segurança. Cinco (11%) acham que a limpeza das ruas. Três (7%) o transporte público. Quatro (9%) em mais áreas de lazer. Três (7%) água e saneamento básico. Dois (4%) saúde, e dois (4%) escolaridade.

Gráfico 9: Percepção sobre os desejos de melhoria dos moradores.



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos assentados gostariam de mais incentivo na agricultura como suporte técnico e financeiro, porém os desejos de melhoria são variados, a pavimentação e limpeza das ruas também foi relatado como prioridade. Alguns relataram o incômodo com a quantidade de

mato, lixo e falta de saneamento nas ruas, a coleta de lixo funciona entre um ou dois dias na semana. O lixo é armazenado em duas lixeiras na rua principal, os moradores que residem em lotes mais afastados “queimam seus lixos”, e isso incomoda os outros moradores com a fumaça.

Verifica-se por algumas descrições dos moradores, os desejos de melhoria para o assentamento: “Gostaria que tivesse mais atenção para agricultura, suporte técnico e projetos de agricultura” (informação verbal)⁸. “Poderia melhorar com transporte coletivo, a parte baixa é mais esquecida, pra isso precisamos de mais união dos agricultores” (informação verbal)⁹. “Limpeza das ruas, iluminação pública, segurança e saúde para o assentamento” (informação verbal)¹⁰. “Mais áreas de lazer, praça e quadra de esportes” (informação verbal)¹¹ “Mais emprego, muitas pessoas sobrevivem do lixão, unidade policial e transporte, os moradores precisam se juntar e trazer alguma coisa que traga emprego” (informação verbal)¹². “Pavimentação das ruas, saneamento, mais escolaridade e emprego, precisamos cobrar dos representantes” (informação verbal)¹³.

Observa-se que o assentamento dispõe de infraestrutura básica como posto de saúde, escola até o ensino fundamental I, porém, os moradores gostariam de mais séries no assentamento. Atualmente está em construção uma creche para atender crianças na primeira fase da educação infantil. Determinados serviços como transporte, água, saúde e escola se concentram na Agrovila, os moradores que residem em lotes mais afastados precisam se deslocar até esta localidade para terem acesso aos serviços públicos básicos.

O assentamento tem apenas um poço artesiano que abastece os moradores da agrovila (Fig. 20) e os outros lotes (Fig. 19), que nem sempre supre a necessidade de todos os moradores, estando cada vez mais escasso com o aumento do número de residências. Outro desejo de melhoria dos moradores da agrovila é de ter mais áreas de lazer no assentamento como praças e quadras de esporte.

Para os moradores que residem a mais de 10 anos o assentamento antes, era mais organizado e muitos problemas surgiram com o aumento no número de moradores, em decorrência disso, cresce o número de desempregados, e trabalhos informais. Para Jorge (2003, p. 99) *apud* Nascimento (2009 p. 43) no Amapá não existiram estudos ou foram ineficientes quanto aos “[...]indicadores de estratégias que permitissem o desenvolvimento sustentável dos

⁸ Agricultor, 38 anos.

⁹ Agricultora, 38 anos.

¹⁰ Dona de casa, 36 anos.

¹¹ Auxiliar de setor, 27 anos.

¹² Agricultor, 56 anos.

¹³ Estudante, 31 anos.

projetos criados. A consequência disto é que grande parte dos assentamentos hoje não respondem às expectativas de melhoria da qualidade de vida sonhada pelos assentados”.

Como por exemplo na seleção dos assentados, muitos não tinham habilidades com a agricultura, baixa fertilidade dos solos Amazônicos, necessidade de assistência técnica, dificuldade de conseguir créditos, e outro obstáculo seria de trabalhar de forma cooperativa. Os moradores quando questionados sobre quais posturas poderiam tomar para melhorar o bem estar social, a maioria comentaram sobre fortalecer as estratégias coletivas: se reunir entre eles e cobrar dos responsáveis pela gestão do assentamento, no entanto não se observa o desenvolvimento dessas ações.

Alguns dos desejos externados pelos moradores, como o desejo de saneamento (Fig. 18) e pavimentação, foram documentados fotograficamente em trabalhos de campo a visão geral local estudado (Fig. 19 a 20).

Figura 18: Rua do assentamento sem saneamento e pavimentação.



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 19: Parte baixa do assentamento.



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 20: Agrovila.



Fonte: Fotografia da autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho a partir, da percepção ambiental dos moradores do AMNSM, evidenciou-se a questão agrária no município de Laranjal do Jarí, e que um dos resultados positivos tem sido o acesso à terras as pessoas assentadas. Portanto têm-se a necessidade de políticas públicas voltadas para o planejamento e manutenção dessas famílias no assentamento, visto que muitos assentados venderam seus lotes e não houve um controle quanto ao aumento da população.

Em decorrência disso surgem problemas sociais como a falta de emprego e de segurança, entre os problemas ambientais pode-se destacar desmatamento, queimadas e acúmulo de lixo. Apesar do assentamento possuir infraestrutura básica como escola e posto de saúde, pode não ser suficiente para atender a atual demanda da população. Existe também uma dualidade entre os assentados e não assentados, pois enquanto alguns querem melhorias nas políticas de agricultura familiar, outros querem melhorias em infraestrutura urbana.

Observou-se com a pesquisa que os moradores participantes, percebem com mais clareza as questões relacionadas a infraestrutura e problemas sociais. Enquanto as questões ambientais foram pouco percebidas, talvez porque os moradores tenham prioridades mais urgentes como emprego, segurança e saúde. Os aspectos ambientais mais comentados são os que afetam diretamente seu bem-estar e qualidade de vida no assentamento, não os problemas causados a natureza que possam posteriormente afetá-los.

Uma das alternativas viáveis seria o desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis no assentamento, que possam contribuir para um melhor controle dos recursos existentes, gerando eficiência na produção de produtos agrícolas e manejo adequado do solo. Que possam além de gerar oportunidades econômicas aos assentados, contribuir para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do município, diminuindo os custos para o consumidor, pois maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados em Laranjal do Jari, vêm de outras regiões do Brasil. Entretanto, o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis para Cunha e Guerra (2012) dependem de:

[...]Noções de co-manejo e gestão participativa, baseadas numa estratégia conservacionista de proteção da natureza e numa visão instrumental-reformista dos mecanismos regulatórios do uso dos recursos naturais, passam a ser dominantes no setor. Apesar das mudanças indicadas, é necessário ainda superar a maneira fragmentada ou setorializada de como são elaboradas e executadas as políticas ambientais no Brasil. Essa tarefa requer um esforço teórico-aplicado de integrar as políticas públicas voltadas para a exploração dos recursos naturais, regularização fundiária e proteção ambiental, inserindo num contexto mais amplo de redefinição dos papéis do Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal), das empresas e da sociedade civil na definição de políticas ambientais e de modelos participativos de gestão territorial e do meio ambiente (CUNHA; GUERRA, p. 75 e 76, 2012).

A partir dos fatos relatados, entende-se que o trabalho revela importantes variáveis a serem revistas pelas iniciativas públicas, relacionadas ao meio ambiente e moradores do assentamento, como políticas de implementação voltadas para promoção de ações coletivas em Educação Ambiental e Gestão Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.; SCATENA L. M.; LUZ, M. S. Percepção Ambiental e políticas públicas - dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo/SP, v. 20, n. 1 p. 43-64, p. 44-61, jan./Mar. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/pt_1809-4422-asoc-20-01-00043.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 09 out.2017.
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Manual de Operações. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/manual_de_operacoes_do_pronera_2012.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.
- BRASIL. **Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** dos Cursos de Graduação. RESOLUÇÃO Nº 30/2015/CONSUP/IFAP, DE 20 DE MAIO DE 2015. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2058&catid=46&Itemid=85>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- COPQUE, A. C. S. M.; et al. Expansão urbana e redução de áreas verdes na localidade do Cabula VI Região do miolo da cidade do Salvador/BA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 15. 2011, Curitiba/PR - **Anais eletrônicos...** Curitiba/PR: INPE, 2011. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0313.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- COSTA, R. G. S.; COLESANTI. M. M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **RA E GA – Departamento de Geografia – UFPR**, Curitiba/PR, v.22, p. 238-251, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774>>. Acesso em: 15 de out. 2017.
- COSTA, H. G.; LOMBA, R. M. Educação do campo e desafios amazônicos: o PRONERA no Estado do Amapá. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 7, Nº 1, p. 224-249 – Set/Dez 2017. Disponível em:
- CUNHA, J. C. L. As inter-relações entre o governo do estado do amapá e as comunidades envolvidas no programa de melhoria da qualidade ambiental urbana do amapá Gea-Bid. **Revista Movendo Ideias**, Belém/PA, Vol. 17, Nº 1, p. 41-50 – Jan. /Jun. de 2012. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/625>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Modalidades de Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>. Acesso em: 24 set. 2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) **Assentados do Amapá iniciam curso Técnico em Meio Ambiente**, 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-do-amapa-iniciam-curso-tecnico-em-meio-ambiente>>. Acesso em: 09 out. 2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Lista de beneficiários da Reforma Agrária no – Amapá**, 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-21_ap_1.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 17 out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. Atlas. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-etc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

LARANJAL DO JARI. Prefeitura Municipal. Lei nº 140-2000-GAB-PMLJ, de 07 de janeiro de 2000. **Lei que regulamenta o Assentamento Maria de Nazaré Souza Mineiro** e altera os Artigos 1º, 2º, 3º da nº134-1999 e dá outras providências. Laranjal do Jari, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, n.0, p. 13-20, 2004. http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/revbea_n_zero.pdf#page=13>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudante do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural: um estudo de caso**. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8617/000582728.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. A; **Metodologia do trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos – 7. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, D. E. M.; et al. Percepção ambiental dos moradores residentes na área de preservação permanente do córrego... In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 4. 2013, Salvador/BA – **Anais eletrônicos...**Salvador: IBEAS Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VIII-014.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro/RJ, 9 (3): 239-262, p. 239-248, jul./set., 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>>. Acesso em: 17 out. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Dados geográficos** - 2017. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MIRANDA, R. S.; SILVA, R. B. Uso das áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais do semiárido, 2017. Retratos de Assentamentos – **Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural** – Araraquara/SP, 1994 v.20, n.1, p. 140-163, 2017. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/261>>. Acesso em 26 set. 2017.

NASCIMENTO, A. G. **A reforma agrária no estado do Amapá: o processo histórico institucional fundiário e as consequências dos projetos de assentamento sobre a cobertura florestal**. 2009. 164 f. . Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2009. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/04/Dissertacao-Reforma-Agraria-Completa-copia.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 – 2000**. 2ª ed. Macapá: Edição do autor, 2007.

PEREIRA, L. D. A. **Mapas geográficos das unidades de conservação e do município de Laranjal do Jari** (2017).

RABELO, B. V.; et al. **Laranjal do Jari: realidades que devem ser conhecidas**. Macapá: IEPA, 2004. Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/biblioteca/publicacoes/laranjal-do-jari-web.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

RIBEIRO, A. R.; et al. Percepção ambiental dos moradores no bairro Jardim Tangará. In: ACTAS CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE – AUGM, 7, 2012. La Plata Argentina. **Anais eletrônicos...** La Plata Argentina: UNLP, 2012. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/26878/Documento_completo.pdf%3Fseque%3D1>. Acesso em: 07 out. 2017.

RUSCHEINSKY, A.; VARGAS, S. H. N. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. In: RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Penso: 2 Ed. rev. Ampl. – Dados eletrônicos, 2012. Disponível em: Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=T_iAj1HPfeUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 17 set. 2017.

SAUTCHUK; J.; CARVALHO, H. M.; GUSMÃO, S. B. **Projeto Jari: a invasão americana: as multinacionais estão saqueando a Amazônia** - (Apresentação.) Octávio Ianni. – São Paulo: 5 Ed. Brasil debates, 1979.

SILVA, L. P. S. **Desenho e Geoprocessamento do Assentamento MNSM**, 2017.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. Disponível em:
<<http://bodegadageografia.blogspot.com.br/2016/05/download-pdf-gratis-tuan-yi-fu.html>>. Acesso em: 05 Ago. 2017.

VIEIRA, I. C. G.; JARDIM, M. A. G; ROCHA, E. J. P. (Org.) **Amazônia em tempo: estudos climáticos e socioambientais** / Belém: Universidade Federal do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi: Embrapa Amazônia Oriental, 2015. Disponível em:
<http://www.ppgca.ufpa.br/arquivos/repositorio/TEXTODOWN/Livro%20Amaz%C3%B4nia%20em%20Tempo_Estudos%20clim%C3%A1ticos%20e%20socioambientais.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

APÊNDICE A
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - QUESTIONÁRIO TCC

ASSENTAMENTO MARIA DE NAZARÉ SOUZA MINEIRO	
IDADE	_____ anos
NATURALIDADE	
ESCOLARIDADE	() Não há. () Ensino Fundamental incompleto. () Ensino Fundamental completo. () Ensino Médio. () Ensino Médio Incompleto. () Superior Incompleto. () Superior completo
SEXO	() Feminino () Masculino
PROFISSÃO	

PERCEPÇÃO SOCIAL

Q1. Há quanto tempo você reside (mora) no assentamento Nazaré Mineiro?

(.) Menos de 1 ano (.) 1 até 5 anos (.) 5 até 10 anos (.) Mais de 10 anos

Q2. Ao longo do tempo de sua residência no assentamento houve mudanças no índice populacional?

- () Sim, houve aumento no número de moradores;
 () Sim, houve diminuição no número de moradores;
 () Não observei qualquer mudança.

Q3. Você é assentado da reforma agrária?

- () Sim
 () Não

PERCEPÇÃO AMBIENTAL – Responda com poucas frases.

Q1. Sabemos que para a criação do assentamento, ocorreram algumas mudanças no espaço que hoje ocupam os moradores. Em relação a essas mudanças, você se lembra de como a área era antes? Nos conte um pouco sobre este passado.

Q2. Você acha que o assentamento pode ter prejudicado o meio ambiente natural? Nos conte sobre as ações dos moradores que possam ter prejudicado o meio ambiente.

Q3. Em relação a qualidade de vida dos moradores atuais, conte-nos quais os desejos de melhoria dos moradores e quais posturas poderiam melhorar o bem-estar social.

ANEXO A
OFÍCIO APRESENTADO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO DE LARANJAL DO JARI - AP



Serviço Público Federal
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
 Direção Geral do Campus Laranjal do Jari

Ofício nº 272/2017/DIGER/IFAP

Laranjal do Jari-AP, 18 de setembro de 2017.

Ao Ilustríssimo (a) Senhor(a) Secretário(a) de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura de Laranjal do Jari,

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Secretário(a),

Tendo em vista o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, desenvolvido pela aluna Maria Filomena da Silva Honorato sob orientação da professora mestra Larissa Duarte Araújo Pereira, com a temática de percepção ambiental dos moradores do Assentamento Maria de Nazaré S. Mineiro, nos apresentamos por meio deste para solicitar algumas informações.

A autora do trabalho demanda neste momento do Plano Diretor Municipal de Laranjal do Jari, mapas que explanem a extensão territorial do Assentamento Maria de Nazaré S. Mineiro e dados que abordem a criação, habitação e expansão territorial deste local. Gentilmente, solicitamos a Vossa Senhoria, colaboração por meio de ceder informações e cópias de documentos para o desenvolvimento do trabalho aqui supracitado.

Certo de sua colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Pereira

 Marianise Paranhos Pereira Nazario
 Diretora Geral do Campus Laranjal do Jari
 Portaria n. 1.027/2015/GR/IFAP.

